CISION

ID: 44385524

Público

24-10-2012

Tiragem: 43276
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 47
Cores: Cor
Área: 8,30 x 30,41 cm²
Corte: 1 de 1

As palavras ocas

Debate Negócios e direitos humanos

Rita Maltez

"A EDP é contra a detenção arbitrária, tortura ou execução e a favor da liberdade de organização e associação pacíficas, da liberdade ideológica, de consciência e religiosa, bem como das liberdades de opinião e de expressão." Pergunto-me se o accionista maioritário da EDP, bem como alguns dos membros do seu conselho geral e de supervisão terão conhecimento desta disposição do Código de Ética do Grupo EDP.

Refiro-me naturalmente ao accionista chinês e aos seus representantes no conselho geral e de supervisão da EDP. É que, de acordo com os relatórios da Amnistia Internacional e do Human Rights Watch (só para citar dois dos mais reputados), o Estado Chinês (ao qual o referido accionista maioritário da EDP pertence) não é propriamente exemplar no respeito pelos direitos humanos, a começar pelo direito à vida (5 a 8 mil execuções por ano, segundo o Human Rights Watch), passando pela liberdade de expressão e acabando na liberdade religiosa.

Ora, uma vez que o conselho geral e de supervisão da EDP, de acordo com uma mensagem do seu presidente, "tem participado activamente no processo de reflexão e de aperfeiçoamento das práticas governativas da EDP, mantendo um frutuoso diálogo dinâmico com o conselho de administração executivo, accionistas e outros interessados", está aí uma boa ocasião para trocarem algumas ideias sobre este assunto.

> **Se perdemos referências básicas fazendo delas palavras ocas, ficamos ocos também**

Poderia citar mais alguns casos de empresas portuguesas cujos códigos de ética contêm declarações e regras que são olimpicamente ignoradas pelos seus accionistas (às quais não se aplicam directamente, claro, mas que, naturalmente, tratando-se de accionistas maioritários ou de referência, convém conhecerem e aprovarem) e dirigentes.

Esta questão ganha particular interesse a acuidade quando os seus accionistas de referência e os administradores que os representam são entidades com papel de relevo nos seus países de origem onde os enquadramentos políticos, jurídicos e históricos são, por diversas ordens de razões, distintos do nosso, designadamente no que respeita a conceitos básicos como a democracia e a liberdade que lhe está associada.

Bem pode parecer que isto não interessa para nada, porque o dinheiro não tem pátria e a economia é global. Mas se perdemos referências básicas da nossa civilização e cultura, fazendo delas palavras ocas, ficamos ocos também. E quando dermos por ela, talvez já não possamos falar. Isto partindo do pressuposto de que ainda podemos.

Advogada